



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: SONINHA FRANCINE

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DATA: 27 DE FEVEREIRO DE 2020

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Exibição de imagens

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Bom dia a todas as pessoas presentes. Na qualidade de Vice-Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos desta audiência pública que tem como objetivo cumprir o disposto no artigo 9º, Parágrafo IV, da Lei de Responsabilidade Fiscal, que determina que até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre.

O convite ao público, em geral, foi realizado da seguinte maneira: publicado no *Diário Oficial da Cidade*, do dia 12 ao dia 27 de fevereiro; em dois jornais de grande circulação, *O Estado de S. Paulo* no dia 19 de fevereiro; e a *Folha de S. Paulo*, no dia 20 de fevereiro.

Com a presença do Vereador Paulo Frange e dos convidados para esta audiência: o Secretário Municipal da Fazenda Philippe Duchateau, que está acompanhado pelo Subsecretário do Tesouro Henrique de Castilho Pinto; o Subsecretário do Orçamento Vicente Afonso Oliveira Calvo; e a Assessora Econômica Claudia Romano.

O Tribunal de Contas do Município foi convidado a enviar um representante. O Sr. Marcos Thulyo Torreão Tavares, Agente de Fiscalização da Secretaria de Fiscalização e Controle, a quem agradeço a presença. Aos demais representantes do Executivo, fiquem à vontade para vir para a Mesa, ou ficar no auditório, como preferirem.

Anuncio a presença do Vereador Daniel Annenberg, a quem deixo à vontade também para vir para a Mesa, se assim o desejar.

Passo imediatamente então a palavra ao Secretário da Fazenda Philippe Duchateau.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Vereadora Soninha, Vereador Paulo Frange, demais integrantes da Mesa, bom dia a todos.

Estamos aqui para cumprir com a obrigação de apresentar as demonstrações e a avaliação do cumprimento das metas fiscais. E agora, no final de fevereiro, do ano de 2019, do 3º quadrimestre 2019, o ano fechado de 2019, preparamos uma apresentação dividida em três partes.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Primeiro, é uma visão das receitas, como elas evoluíram de 2019 em relação ao ano anterior e em relação a anos anteriores também. Depois, uma segunda seção de despesas; e a terceira, os resultados orçamentários, o superávit e o déficit primário. Aqui, é o resultado orçamentário, o resultado primário, o resultado nominal, o demonstrativo das nossas dívidas e todos aqueles limites que temos de cumprir com a lei de responsabilidade fiscal.

Receita consolidada da Prefeitura.

Foram, em 2019, arrecadados 62 bilhões e 717 milhões – estou lendo o último quadro ali embaixo. Desses 62 bilhões e 717 milhões, 2 bilhões e 566 milhões são receitas intraorçamentárias, principalmente aquelas receitas das contribuições para custear a Previdência, contribuição patronal para custear a Previdência. Então é uma receita que circula duas vezes no orçamento. Sem esses 2 bilhões e 566 milhões são aproximadamente 60 bilhões de receita como um todo, divididos entre receitas correntes e receitas de capital; 56 bilhões e 147 milhões de receitas correntes e 4 bilhões de receitas de capital.

Vamos ver mais à frente a decomposição disso. Chamo a atenção de que sempre fazemos aqui a diferenciação de receitas correntes por dois conceitos. Aquelas receitas correntes recorrentes, que sempre temos um fluxo esperado, contínuo de arrecadação ao longo dos anos. E aquelas receitas não recorrentes, que são correntes, mas que não tem a continuidade ano a ano.

Nesse grupo das receitas não recorrentes estão, neste ano, as receitas oriundas dos programas de parcelamento, além das concessões. Tivemos duas concessões importantes, outorgas e concessões importantes realizadas no ano passado, Pacaembu e os cinco parques e uma pequena parcela é do recebimento do bônus e assinatura do Pré-Sal. Então tirando esses três grupos, todas as demais eu diria que tem um caráter continuado e isso mostra que crescemos bem, 11,7% nas receitas recorrentes que sustentaram o crescimento de 11,5% nas receitas correntes como um todo.

Receita de capital. Crescemos bastante, 4 bilhões contra 1,9 bilhão no ano anterior e se olharmos numa perspectiva mais longa dá para perceber um resultado excepcional, principalmente no ano passado, final do ano, em dezembro, os leilões do CEPAC: 1 bilhão e 600 que ajudaram a levar esses 3 bilhões e 335 de receitas de capital, crescimento bem expressivo em relação a 1 bilhão e 314.

Além dos leilões do CEPAC, também vimos acompanhando ao longo do ano como vieram crescendo as receitas do Fundurb, das outorgas onerosas que compõem as receitas do Fundo, praticamente dobraram e vamos ver isso mais à frente.

Próximo *slide*. Aqui a abertura das receitas correntes. Então impostos, taxas e contribuições, crescimento de 13,7%. Aqui decomposemos aquilo que é recebido através da receita do pagamento principal ou multas e juros de cobranças retroativas das dívidas e parcelamentos. Desculpem, da receita da dívida ativa, recuperação da nossa dívida ativa e do parcelamento. Então um crescimento de 14% puxando a média do total de receita de impostos, taxas e contribuições e 8,6 da recuperação da dívida ativa ou por meio dos programas de parcelamento.

Receitas de contribuições, 26% de crescimento, 2 bilhões e 455. Isso se deve principalmente ao acréscimo das contribuições para custear o sistema previdenciário. A nossa Reforma da Previdência aumentou as contribuições dos servidores de 11 para 14% e a contribuição patronal, aquele encargo da folha, de 22 para 28%. Então, principalmente esses seis pontos percentuais das contribuições patronais, a partir de abril, é que justificam o crescimento de 26% no total das receitas de contribuições.

Receita patrimonial. Também é um crescimento expressivo, 1 bi e 214 contra 762, crescimento de 57%. Aqui basicamente as duas concessões entram para ajudar, aquela parte da receita corrente não recorrente, por volta de 150 milhões de reais das outorgas fixas na concessão do Pacaembu e dos cinco lotes, então ajudam a puxar essa taxa de crescimento, esse valor.

As receitas de serviços praticamente estáveis, crescimento ligeiro acima da

inflação. As receitas de transferência cresceram 7,7. Aqui a gente vai mostrar mais à frente, mas uma boa notícia, o ICMS nos ajudou principalmente no final do ano. Vamos falar nisso mais à frente. Além do próprio Fundeb também, que ajudou bastante nessa receita. O Fundeb reage muito fortemente ao ICMS e mesmo com a Prefeitura de São Paulo, que vem ano a ano crescendo o seu índice de participação por causa do aumento das matrículas, principalmente na educação infantil. Então, esses dois efeitos combinados, que é o índice de participação em função do percentual de matrículas, a representatividade das matrículas na rede municipal, vis-à-vis todas as redes.

E as receitas do ICMS, principalmente no final do ano, ajudaram a puxar o Fundeb para cima.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Secretário.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Pois não.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Posso já fazer algumas perguntas durante os *slides*? A receita da Zona Azul já entrou aqui?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Não, ainda não. Mas, entrará na receita patrimonial. A receita da Zona Azul, o nosso cronograma de assinatura de contrato e pagamento da primeira parcela, está prevista para março, podendo entrar em abril. Essa é a expectativa, mas ela, sim, vai entrar na receita patrimonial. Por volta de 600 milhões de reais é o ingresso previsto para o ano de 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Por que a receita de serviços tinha tido uma queda tão significativa e continua tão abaixo ainda de 2017?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Vou pedir a ajuda aqui do pessoal. A receita de serviço aqui de 18 e 19 basicamente reflete principalmente serviços de CET e serviço funerário. De 17 para 18 houve algum ajuste e vou buscar trazer essa informação para cá.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Eu tinha mais uma dúvida: desse número, o senhor sabe quanto é de crédito ou de quilômetro da receita patrimonial?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Sei. Crédito de quilômetro, 215 milhões de reais

em 2019. Desses 1,214 bi, 215 milhões são de créditos de quilômetro. Vem crescendo bastante também...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – É isso o que eu ia perguntar, vocês tem ou lembram mais ou menos do número de 2018?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Temos. Aproximadamente 121 milhões de reais.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Uau!

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Está um crescimento bastante expressivo, 77% do crescimento nominal das receitas de crédito de quilômetro.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Em relação aos resultados da CPI, não sei se foram contestados, quer dizer, sei que a CPI, sim, foi contestada judicialmente, não sei quantos acordos firmados estão válidos ou não. Mas isso já entrou aqui de alguma maneira como receita?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - Já, boa parte do crescimento de 14% das receitas, de pagamento do principal, multa, juros e deduções, é reflexo do aumento do recolhimento decorrente dos bancos e instituições financeiras que foram alvo da fiscalização no âmbito da CPI, 488 milhões de reais esses bancos pagaram a título de denúncia espontânea ou de ingresso normal e recorrente a partir da transferência para o Município de São Paulo. Boa parte das instituições já estava instalada no Município de São Paulo, e o objeto da CPI levou a reconhecerem que, nos últimos cinco anos, dentro do prazo decadencial, estavam aqui. Então houve um recolhimento lá do passado apenas, mas que não se dará mais de forma recorrente com todos os encargos, multas e juros. Agora, outra parte não reconheceu que estava aqui desde muito há tempo e passaram a transferir, a partir de junho/julho, inclusive por meio de acordo firmado com os Parlamentares da CPI, as suas operações para a cidade de São Paulo. Então desde que transferiram, elas passaram a recolher. Se somarmos aquela receita oriunda de denúncia espontânea daquelas que estavam aqui, mas reconheceram que estava há mais tempo e topou pagar, com aqueles recolhimentos das instituições que mudaram seu endereço por meio do diálogo e do acordo com os Parlamentares da CPI, o

ingresso total foi de 488 milhões. Isso ajuda a explicar mais à frente o crescimento do ISS na casa de dois dígitos.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Quatrocentos e...

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – São 488 milhões.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – O próximo *slide* é exatamente isso, é a abertura das receitas dos principais impostos. Aqui só temos o pagamento de principal – IPTU, ISS, ITBI, imposto de renda – e ali as transferências. Os quatro primeiros entram na receita tributária, as demais são transferências da União e do Estado, mas é de origem tributária.

Então o nosso IPTU cresceu 12,3%; o ISS 13,1%; o ISS teve praticamente crescimento de dois bilhões nominais, foram 1,9 bilhões, 14,33 contra 16,252. Boa parte disso é o principal do pagamento via CPI.

A receita de ITBI, comentávamos mais cedo antes de começar a audiência, as receitas imobiliárias da Prefeitura cresceram muito, foram 21% de crescimento principalmente pelo aumento do número de transações e do valor das transações, especialmente de imóveis não residenciais. Isso ajuda a explicar boa parte desse crescimento.

O imposto de renda retido na fonte teve crescimento menor do que vinha sendo observado nos anos anteriores, principalmente porque o aumento da contribuição dos servidores é dedutível do valor do imposto de renda. Então por isso, ao invés de acompanhar o crescimento da folha tem um degrauzinho um pouco menor por causa da dedução do encargo do aumento da folha.

O fundo de participação dos municípios, 8%; ICMS, R\$ 7,7 bilhões, um crescimento de 7,3%; e o IPVA, R\$ 2,646, crescimento de 6%.

É claro que o crescimento das nossas próprias receitas é boa notícia, mas isso a gente já vinha observando ao longo dos anos. Mas especialmente o que aconteceu com o ICMS no final do ano, no último demonstrativo que fizemos aqui, do 2º quadrimestre, as receitas do ICMS ainda não havia decolado.

No final do ano, houve um aumento de receita recolhida ordinariamente e o Estado fez um programa de parcelamento. Então parte desse crescimento real que houve no ano, os R\$ 140 milhões que ingressaram na Prefeitura são decorrentes do programa de parcelamento feito pelo Estado de São Paulo, no final ano. Mas outubro, novembro e dezembro, no último trimestre, mostrou também - fora as receitas de parcelamento - uma reação do ICMS. Isso é um bom sinal, pode ser um sinal antecedente de retomada da atividade econômica.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – E o FPM também, não é?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – o FPM também, exatamente. Aí já é um bolo maior, uma cesta maior de impostos arrecadados no âmbito da União: o Imposto de Renda, Imposto de Renda pessoa jurídica, que ajuda bastante, foi um dos determinantes para o crescimento de 8%.

Então, tomara que esses sinais sejam consistentes ao longo do ano, para sinalizar uma retomada da atividade pelo menos num ritmo maior do que vem crescendo nos últimos anos.

Eu queria também chamar atenção para os 12,3% de crescimento de IPTU, maior do que os 10% que a gente vinha observando nos anos anteriores. O nosso IPTU cresce acima da inflação por causa dos benefícios da trava, a gente sabe disso. Em 2013, houve uma revisão da Planta Genérica de Valores, com correção na Cidade toda; e, para aqueles imóveis que tiveram correções mais abruptas, a Câmara aprovou uma lei que diferiu o crescimento do valor do imposto a pagar, ao longo do tempo, por meio das travas: de um ano para o outro, não podia ultrapassar o valor das travas. Então a gente ainda vem observando uma parte depressiva dos imóveis crescendo acima das meras correções pela inflação da Planta Genérica de Valores. Mas só isso não explica o crescimento de 12%.

Houve, de 2018 para 2019, uma queda na taxa de inadimplência de aproximadamente 0,6%. Essa taxa de inadimplência observada no ano anterior estava por volta de 12,6% e este ano fechou com 12%, com o crescimento de 0,6%, que parece pouco, mas é bastante expressivo. Então houve um aumento da inadimplência.

Além disso, com a revisão da do zoneamento da Cidade, ano a ano, a Prefeitura vai trazendo para o cadastro urbano aqueles imóveis que antes estavam nas franjas da Cidade, na zona rural. Então o crescimento da área construída decorrente, de trazer para a base tributária do IPTU, ajudou também a elevar essas taxas. Também a fiscalização, ou seja, cobrar equidade de todos. O IPTU é um imposto que se dá por meio do lançamento de ofício. À medida que a gente percebe que aquele imóvel não tem a metragem cadastrada nos nossos registros, efetuamos a correção desse valor e buscamos saber desde quando aquele imóvel estava com metragem diferente da metragem informada. Aí, fazemos os lançamentos, tanto do ano corrente como dos exercícios dentro do prazo decadencial, dos exercícios devidos – ou seja, cobrar de todo mundo o que todo mundo deveria pagar. Isso ajudou, também. Então, eu diria que por volta de 3,5 pontos percentuais desse crescimento de 12,3 são decorrentes destes três fatores: queda na inadimplência; ampliação da área construída; e o que chamamos de “cobrança de exercícios anteriores decorrentes da atividade de controle e de fiscalização”.
Próximo, por favor...

Receita de capital. Quatro bilhões e quatro... Aqui, na abertura que nós comumente fazemos, temos a diferenciação de operação de crédito. Foram ingressos de 291 milhões em 2019. Alienações de bens: apenas 30 milhões. Amortização de empréstimos: 23. Transferência de capital: 585. Depósitos judiciais: 668. Aqui, o efeito nas outras despesas de capital: dois bilhões e 406, contra 416 – ou seja, um crescimento de dois bilhões, aqui, que se explica por dois fatores, que dão esses valores. Há um bilhão e 600 de Cepac – ou seja, do leilão de Cepac em dezembro de 2019 – e o crescimento das receitas das outorgas do Fundurb - Fundo de Desenvolvimento Urbano, que, no ano anterior, foi da ordem de 300 e nesse ano foi da ordem de 700 milhões. Então, esses 400 milhões do Fundurb, mais um bilhão e 600 da outorga onerosa, explicam esse crescimento de dois bilhões de reais em relação ao ano de 2018, nas outras receitas de capital. Por isso, a nossa arrecadação com receitas de capital subiu e praticamente mais do que dobrou em relação ao ano anterior. Próximo...

Agora, despesas... Nossas despesas totais foram de 59 bilhões e 389. Dessas

despesas totais, as intraorçamentárias: dois bilhões e 572. Como expliquei anteriormente, principalmente por conta das receitas de contribuições para a Previdência, elas são encargos da folha e ao mesmo tempo custeiam a Previdência. Então, elas entram no orçamento duas vezes. Despesas correntes e despesas de capital: 51 bilhões e 40 nas despesas correntes – crescimento de 7,2. Foi um crescimento acima da inflação – é claro que um pouco ofuscado pelo crescimento das receitas correntes, mas um crescimento robusto de 7,2%. Nas despesas de capital: cinco bilhões e 778 – um crescimento expressivo, também, de 30%. Nós vamos ver, mais à frente, principalmente, pelo aumento dos investimentos. Foram empenhados em 2019, *vis-à-vis*, à execução de 2018.

O próximo *slide* tem a abertura das despesas correntes. Então, boa parte do seu crescimento foi puxada. Boa parte dos 7,2 de crescimento foi puxada pelas despesas de pessoal e encargos, crescendo 7,6. Desse pessoal e encargos, vimos acompanhando sempre a folha de inativos crescendo a dois dígitos. Nesse ano, foi pouco menos de dois dígitos, mas próximo aos 10%: 9,6. As despesas com ativos cresceram 6,2% – a folha. Então, as duas coisas combinadas deram um crescimento de 7,6.

Juros e encargos da dívida: basicamente, o grosso é o contrato de refinanciamento com a União. Então, de um ano para o outro, vai mais ou menos constante, por conta da etapa em que nós estamos agora, de amortização pela tabela Price. Então, de um ano para o outro, os juros e encargos vão diminuindo e vamos vendo que, em contraparte, a amortização vem subindo. A parcela de amortização, ao final, agora, do contrato, é maior do que a parcela de juros no sistema Price.

Outras despesas correntes: 27 bilhões e 349 – também, um crescimento robusto de 7,3%. Saúde é a principal função de gasto que puxou o crescimento das despesas correntes, principalmente, a ampliação do serviço por meio dos contratos de parceria. Próximo, por favor...

Nas despesas de capital, há aquilo de que eu falava: o crescimento dos investimentos. Foram três bilhões e 538, em 2019, contra dois e 345, de 2018. É um

crescimento de 51% e a amortização de dívida também representa outra grande parcela do total do gasto, mas, como eu vinha falando antes, aumentando a parcela da amortização e diminuindo a parcela dos juros, em contrato com a União, principalmente.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Esse aumento em investimentos foi especialmente em quê? Vocês têm, aí?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Ele é bastante difundido. Ele não foi concentrado. Esse aumento do investimento eu tenho aqui. Posso, depois, passar por eles, mas vamos ver uma grande difusão – principalmente, Habitação, obras de infraestrutura urbana na área de drenagem e na área de requalificação urbana, principalmente, com o Fundurb, mas, também, investimentos em equipamentos, na Educação, na Saúde. Não tem nenhuma grande concentração. Ele é bastante difundido.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Se vocês puderem apresentar os números, então, ainda, na reunião... Se não, recebemos depois. Tudo bem.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Deixe-me ver, aqui, como é que temos preparado. Às vezes, preparamos o material para esclarecer algumas dúvidas. Ah, tem só o do ano, não é? Preparamos uma visão do ano, mas podemos mostrar isso e mandar para todos, depois, a visão. Evidentemente, os dados estão sempre abertos para toda a população nos sistemas de informação da Prefeitura, no *site* da Secretaria da Fazenda, na seção Contas Públicas, mas preparamos isso e mandamos para os Vereadores todo o tabelamento, aqui.

Antes de passar para os resultados, o próximo *slide*, por favor... Quero mostrar essa visão dos restos a pagar – como é que começamos o ano de 2018; como é que estamos em relação a ele; como é que terminamos em relação a ele; o que é que foi inscrito de restos a pagar em 2019.

Então, de 2018 para 2019, viramos com 2 bi 814 de restos a pagar; pagamos 2.221, cancelamos 530; e ficou um saldo do remanescente de apenas 63 milhões a pagar, principalmente na educação.

Em 2019, viramos com 3 bi 778. É um número bastante alto em relação ao ano

anterior, principalmente, por conta dos investimentos. A gente foi demonstrando ao longo dos quadrimestres, quando fizemos aqui a apresentação, que o ritmo de investimento no começo do ano estava compatível com o ritmo observado no mesmo período anterior, mas que, ao final do ano, aumentou, e boa parte da execução feita ao final do ano, acabou ficando a sua efetiva comprovação nos meses de janeiro até fevereiro, por isso, esse crescimento de quase 1 bilhão de restos a pagar em 2019, em relação ao que virou de 2018.

Vamos para os resultados.

O SR. PAULO FRANGE – Na prática diária, há uma reclamação enorme dos prestadores de serviço quanto ao mês de dezembro. É um terror para os prestadores de serviço e para a gente que está na Câmara, porque muitas obras que estão caminhando – e temos obras pontuais, inclusive, hoje, com a imagem que a água destruiu todo o córrego e vai destruir uma rua toda. Vai custar muito mais caro para a gente. Entra nessa situação de restos a pagar.

Não é culpa, em nenhum momento, da Secretaria de Finanças, mas, lá na frente, Secretário, o nosso RH está totalmente despreparado para isso. Existe a figura do CAF das Subprefeituras da cidade de São Paulo, a Vereadora Soninha sabe muito bem o desastre que é essa figura, com o mínimo de despreparo.

Não estranho ter aparecido 3,7 bilhões de restos a pagar, porque, pelo pequeno universo que eu vivo em algumas Subprefeituras, quase que tudo parou. Até as emendas dos Vereadores ficaram dependuradas.

Olha, a obra foi iniciada, foi colocada placa, chamou a comunidade e veio o final do ano com o natal, voltamos lá com um carão desse tamanho porque o dinheiro não foi liberado. O dinheiro voltou. Quer dizer, não está na Sub, o dinheiro não está aqui. Você liga na Secretaria de Coordenadoria de Subprefeituras, tem que falar com um que manda falar com uma moça. Nós estamos começando março e não conseguimos tirar alguns centavos que estão esparramados nas Subprefeituras.

Eu não sei... está um pouco fora da apresentação de V.S., mas eu gostaria muito

de tentar encontrar uma solução para que as ações do Tesouro e as nossas ações, da Comissão de Finanças e Orçamento, pudessem ser proativas no sentido de melhorar na ponta.

Eu tentei conversar com os Secretários (ininteligível), e a gente percebe que todos eles têm a mesma angústia.

O senhor vê alguma solução para isso para que a gente não passe de um ano para outro: 3,7, no ano passado, passamos com 2,8. É bem aquela estória do estar ali pendurado: tem o dinheiro, é para pagar, mas não consegue executar, tamanha burocracia.

Depois de tudo que a gente tem evoluído, percebeu que não aumentou. Aumentou a velocidade das informações na internet, mas as pessoas não estão compreendendo isso ainda. E a gente continua da mesma forma.

O senhor vê alguma solução?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Bom, de fato, é um problema mais estrutural do que uma questão de execução orçamentária, ou seja, muitas vezes, empenha para uma obra e percebe-se, depois, que esses empenhos precisam ser cancelados porque não tinha minimamente todos os requisitos necessários para estabelecer adequadamente aquele empenho, aquele comprometimento.

Empenha-se por valores maiores do que inicialmente previsto ou mesmo não tem condições de dar a ordem de início na execução do projeto. Daí, não vai gastar naquela competência e cancela-se o empenho no final.

O que nós fizemos neste ano só veio no sentido de ajudar nisso. Esse crescimento de 2.814 *vis a vis* 3.778 não foi por conta das mudanças nos procedimentos de execução, e, sim, por causa do ritmo de execução que começou mais tardio.

Neste ano – acho que nunca antes ou pelo menos há muito tempo a gente não executa o orçamento dessa forma -, o sistema ficou aberto para empenho até o dia 30 de dezembro, o último dia do ano. Diferentemente de anos anteriores, em que geralmente se precisa encerrar o exercício mais cedo, você pede para interromper a execução orçamentária um mês e, em época de crise, um mês e meio, ou até antes do término do exercício. Neste

ano, a gente deixou até praticamente o último dia útil do exercício que podia empenhar.

Então, havia todas as condições, em termos de prazo, todas as condições necessárias para, na hora de empenhar o recurso, fazer com a maior precisão possível. E, na outra ponta, é a mesma coisa: a abertura do orçamento deste ano também em tempo recorde. A gente abriu dia 14 de janeiro e já estava disponível para execução.

Então, do ponto de vista dos procedimentos que a gente pode gerir, deixamos o máximo de tempo possível com sistemas abertos para a execução.

O que precisamos trabalhar é justamente isso: muitas vezes, a necessidade de empenhar um recurso para comprometer o recurso do orçamento, mas, sem ainda, toda a concretude, os elementos necessários para definir bem o escopo daquela obra, daquela intervenção. Daí, quando se vai verificar não tinha as condições necessárias para executar com o orçamento daquele exercício a despesa que foi comprometida orçamentariamente. Aí, se cancela o empenho.

Então, o cuidado é isso: quando abriu muito, quando os recursos disponíveis para investimento foram muitos maiores com relação ao que a gente vinha observando nos últimos anos na Prefeitura.

É verdade: nós estamos saindo de uma situação de crise e temos que nos adaptar gerencialmente a essa situação, quando a gente tem mais recurso para fazer bons projetos, projetos de investimentos, obras e atender as demandas da Cidade.

É isso: a gente tem que trabalhar para que, na hora do empenho do recurso, saiba com clareza qual é o objeto a ser licitado, com projeto bem definido, para que sua execução seja a tempo de tomar a medida a que se comprometeu.

P – Eu fico preocupado, Secretário: o mercado já sabe que a gente não dá conta de fazer a nossa lição no final do ano, a partir de outubro e novembro. Então, ninguém mais quer entrar no processo.

Vou dar um exemplo: eu comprei 82 aparelhos de ar condicionado para colocar em sala de vacinação em sala de farmácia, que a lei obriga que tenha, mas as UBSs não têm. Eu

visitei uma por uma, cada uma precisava de uma, o que aconteceu? Passei o segundo semestre brigando por isso até que tudo saísse certo na Secretaria de Saúde. “Vamos comprar”. Era começo de novembro, e eles já me avisaram: “Vai dar vazio”. Gente, ar condicionado, você abrir um pregão, para um ar condicionado vagabundo, desses de 12 mil reais; não estou falando de ar condicionado sofisticado. Não conseguimos comprar, Secretário, porque nem o vendedor das Casas Bahia entra porque nos não damos conta de pagar em dezembro nem janeiro. Passou para este ano, de novo, tentar comprar os aparelhos de ar condicionado, e que vai chegar quase que fora do verão. Eu tentei para o verão passado, mas não consegui.

Estou dando o exemplo do ar condicionado, mas há centenas de pregões que dão vazio. Por que dá vazio um pregão que vende uma coisa que todo mundo tem?

Outro exemplo é o das duas vítimas presentes aqui: Soninha e eu juntamos 200 contos cada um, porque aqui nós estamos falando em bi, para reformar um mercadinho lá no fundo do Jaraguá. Começamos no meio do ano passado, mas não conseguimos. Ficou na Secretaria, com o responsável pelo abastecimento, extremamente ativo, rápido, mas passou de um ano para outro e voltou.

Estou falando em alguns trocados, mas as obras emergenciais, decretadas de emergência pela Defesa Civil têm que ser feitas. Foram feitas, foram entregues, mas não foram pagas, algumas foram, outras não, ficam como restos a pagar, e, neste ano, ainda não receberam também. Algumas não receberam porque têm problema formal no processo, mas a gente acaba não conseguindo resolver também nem as emergenciais.

Eu sei que não é da sua responsabilidade esse assunto, mas nós vamos precisar muito da Secretaria de Finanças, para que a gente possa promover juntos com a Secretaria de Subprefeituras, Saúde e outras, com o pessoal técnico para que a gente possa resolver isso, porque eu já começo janeiro e fevereiro com medo do que pode acontecer lá quando o Governo fala que vai liberar recursos, se não for para liberar até junho, daí pra frente eu não vou correr mais atrás, porque não sai depois, por mais que a gente consiga executar tudo isso.

R – Perfeito.

P – Essa leitura, eu não sei se a Secretaria de Finanças tem a mesma que a gente, mas aqui dentro, pra gente é um sofrimento.

R – Olha, é claro que a gente precisa mergulhar nos detalhes, entender cada caso, mas o sentimento geral é de que, sim, a gente está vivendo um ambiente neste ano diferente do ambiente que a Prefeitura teve à disposição nos últimos 5 ou 10 anos para trás. É natural – imagine que são 96 órgãos, cada uma das Subprefeituras, as Secretarias e os Fundos de Despesa, que também são ordenadores de despesas, então, eu acho que é importante, sim, a gente entender onde estão os gargalos de gestão para que a gente possa trabalhar junto com a Secretaria de Gestão, inclusive, que nos ajuda a aperfeiçoar esse sistema.

Então, do que a gente pode fazer foi isso: prorrogar o máximo possível a execução, encurtar o máximo possível a abertura do orçamento e até colocar à disposição antecipação de pagamentos, eventualmente, se a Secretaria atesta que há alguma medição e pede o pagamento que normalmente seria no último dia do mês posterior à medição e quer, precisa antecipar esse pagamento nós até abrimos essa possibilidade para fazer. Mas acho que essas questões de gestão que o senhor pontuou precisam ser de fato trabalhadas para essa realidade nova que a Prefeitura passa a partir desses dias e espero continuar pelos próximos anos.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Registro a presença do Vereador Rodrigo Goulart, integrante desta Comissão.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Próximo. Resultado orçamentário consolidado. Receitas realizadas de 62 bilhões e 717 milhões ao todo – já passamos -, abertura corrente, capital intraorçamentária, despesas empenhadas de 59.389, que deu um resultado do período de 3 bilhões e 328. Um resultado bastante expressivo e é explicado por conta de algumas coisas que comentamos aqui. Praticamente 1,6 bilhão que entrou do leilão de CEPAC, em dezembro de 2019; a concessão do Ibirapuera, também em dezembro, 70 milhões; os ingressos excepcionais do Estado de São Paulo que entraram em dezembro de 2019, de 140

milhões e a frustração do investimento, ponto que vínhamos discutindo aqui. Havia um orçamento disponível de 4 bilhões aproximadamente e foram comprometidos 3,5 bilhões. Então há 500 milhões aqui. Essa frustração de despesa somada a ingressos excepcionais não recorrentes, no final do ano, ajuda a explicar porque viramos com 3 bilhões e 300 de resultado orçamentário.

Próximo *slide*. São os demonstrativos do resultado primário e nominal. Receita primária total de 59.151, dividida em 55 bilhões e 400; 61 de receitas primárias correntes e 3.690 de primárias de capital. Despesas primárias totais de 51.924, o que deu o resultado de 7.227, quando acrescidos dos juros, encargos e variações monetárias ativas e deduzidas monetárias passivas, tivemos um resultado nominal de 5 bilhões e 79.

Próximo, por favor. Todos os limites da Lei de Responsabilidade Fiscal: limite com despesa de pessoal, 36,79% da receita corrente líquida; as garantias, apenas 0,15 do total de 22% previsto e desembolsos com operações de crédito, apenas 0,52 dos 16% da receita corrente líquida e não fazemos operações de crédito por antecipação de receita, então está zerado aí.

Próximo *slide*. É o demonstrativo da dívida. Esta é uma inovação pelo menos em relação ao que tradicionalmente a gente vem apresentando aqui. Tem informações bastante interessantes para dar a transparência devida às contas públicas.

A dívida consolidada de dezembro de 2018 contra dezembro 2019 praticamente estável 43.262 contra 43.494. As dívidas contratuais a parte grossa disso é o financiamento com União caiu de 28.740 para 27.400; os precatórios posteriores a 5 de maio de 2000 que entram para o demonstrativo da dívida consolidada líquida subiram. Podemos ver mais abaixo que o estoque de precatórios caiu, mas o recorte para a lei de responsabilidade fiscal são só os precatórios posteriores à 5 de maio. Vamos explicar melhor quando olharmos para aqueles outros passivos que não estão integrados na dívida consolidada.

As deduções dessa dívida consolidada para chegar a dívida consolidada líquida: disponibilidade de caixa bruta passou de 8 bi para 13.228; demais haveres financeiros, relativa

estabilidade, 246 para 293; restos a pagar processados, descontando das deduções, eram 490 contra 264. Mas aumentou o estoque 3.700 bi? É porque aqui no demonstrativo da dívida entram só aqueles que são os restos a pagar processados, aquilo que você já tem uma medição comprovando a despesa e que falta apenas o pagamento dessa medição.

A nossa receita corrente líquida cresceu significativamente, de 48.800 para 54 que faz com que a gente tenha essa queda retumbante no nosso índice de endividamento quando comparada à receita corrente líquida de 72,6 para 55,8 – quase 56%.

Queria mostrar que antes de 5 de maio de 2000, ao final de 2018, tínhamos 1.211 bi de precatórios compondo os passivos totais da Prefeitura que nos somavam nos demonstrativos e os precatórios posteriores a 5 maio mas não incluídos na dívida consolidada, essa linha que passou de 4,600 para 2.500 são aqueles precatórios em que a gente recebe a informação do Tribunal de Justiça que eles vão entrar para compor o orçamento do ano seguinte.

Temos aqui 2.508 bi de precatórios que vão entrar na composição total dos débitos dos precatórios no ano seguinte. Então, se a gente somar esses 14 com esses 5.800 bi, nós estamos aí com quase 20 bilhões de estoque de precatórios ao final de 2018 para um estoque de precatórios que é de 18.600 bi, praticamente. Ainda muito alto, muito alto, vai comprometer boa parte do orçamento dos próximos exercícios até 2024, mas uma trajetória declinante.

Outros valores que não estão consolidados na dívida nesse demonstrativo da dívida consolidada é o passivo atuarial com a nossa previdência, está na ordem de 162 bilhões de reais. Os restos a pagar não processados - aquilo que eu me referia, 3,5 bi. Temos aqui todo o levantamento de depósitos judiciais que foram usados para Prefeitura, principalmente para financiar o pagamento de precatórios que ainda não foram pagos, ou seja, aquele 75% que a gente tem direito a levantar nos precatórios onde a Prefeitura faz parte, nos depósitos judiciais das ações onde a Prefeitura é parte, em 31 dezembro 2019, somavam 7.971 bi de passivo que, eventualmente, a gente um dia....

O SR. PAULO FRANGE – Ainda temos 18 bi, é isso?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – 18.600 de precatório.

O SR. RODRIGO GOULART – A lei da compensação dos precatórios, você tem os números dos resultados dessa lei?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Eu trouxe na reunião anterior, agora eu não tenho, mas foram muito baixos, muito, muito baixos. Nós estamos agora em um momento em que usamos essas janelas no final do ano e tem outra janela no meio do ano para fazer os acordos, os acordos que dão deságios pela Constituição a no máximo 40%.

Então, terminada essa janela de acordos agora no final do ano, nós vamos reabrir. A intenção é reabrir a possibilidade de compensação com dívida ativa para - com todas as lições aprendidas que a gente ainda está tabulando, registrando – verificar como que a gente pode induzir melhor esse tipo de acordo.

A sensação que nós tivemos foi a de que o devedor da dívida ativa não é o mesmo que o credor de precatório e a transferência do crédito do precatório para o devedor da dívida ativa que vai fazer a compensação não é uma transferência simples, fácil de fazer. Depende de uma homologação do Tribunal de Justiça, então, esse processo é muito custoso, muito trabalhoso. Então, essa é a realidade. Os nossos devedores são diferentes dos nossos credores e o processo de transferir a dívida de um para o outro é um processo moroso, trabalhoso.

Então, a janela de três meses que foi dada acho que é uma das lições aprendidas, é pouco tempo. É uma das lições que a gente aprendeu. Outras lições, a gente está discutindo com o Tribunal de Justiça, meios de facilitar essa transferência.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Você sabe se outros entes tiveram um resultado melhor nessa tentativa de acordo?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Não, não temos informação de que isso tem sido sucesso por ai. Não temos isso. Acho que todos padecem do mesmo problema.

Mas outros entes trabalham com prazos abertos, inclusive não tem nem janela de adesão, da forma como a gente originalmente pensou em fazer. Então, essa é uma das lições

aprendidas para a gente rever.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Registro a presença do Vereador Fabio Riva, Líder de Governo nesta Casa.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – O próximo *slide* é só colocar em perspectiva essa trajetória do nosso endividamento - a dívida consolidada líquida em relação a receita corrente líquida -, como vem mudando ao longo do tempo. Houve uma grande queda no ano de 2015 para 2016 em função da revisão dos contratos da União com todos os estados e municípios corrigindo os indexadores desde o início do contrato. De cá para lá é mais crescimento e amortização dos pagamentos da dívida que visa o crescimento da receita corrente líquida.

Fico à disposição para as dúvidas, comentários, sugestões dos presentes, da Mesa e da audiência também.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Secretário. Consulto os demais integrantes da Mesa se já querem fazer alguma observação. (Pausa) Tribunal de Contas, por favor.

O SR. MARCOS THULYO TORREÃO TAVARES – Bom dia a todos. Só para contextualizar um pouco, o papel do Tribunal de Contas em relação às metas fiscais é, ao longo do exercício de 2019, alertar o Poder Executivo se acaso a evolução das receitas não estiverem compatíveis com as metas de resultado primário e nominal. No caso de 2019, não houve essa necessidade de alerta porque, como o Secretário bem mostrou, as receitas superaram as expectativas, muito por causa da receita tributária; e, do lado das despesas, o orçamento foi acima do que foi efetivamente empenhado, liquidado e pago, principalmente do liquidado e pago, como vimos. Os restos a pagar tiveram um crescimento grande.

Além disso, o Tribunal de Contas auxilia a Secretaria da Fazenda ao longo do ano, também, em relação a classificações contábeis, a essa questão mais técnica. Estamos em constante contato com os técnicos da SF sobre isso.

Eu queria fazer só um destaque, não sei se ficou muito claro para todo mundo. O resultado primário foi obviamente muito forte, de 7 bilhões, e a meta de 700 milhões. Isso gerou

um resultado nominal também expressivo, de 5 bilhões. Mas o destaque é que esse resultado nominal não foi utilizado, ou em sua maior parte não foi utilizado para amortizar a dívida. O que aconteceu? O resultado nominal, pela ótica, abaixo da linha, representa a variação da dívida consolidada líquida, que nada mais é que a dívida menos o caixa, grosso modo. Então, o que houve? Poderia ter sido utilizado o resultado nominal para amortizar a dívida, mas não parece ter sido isso o que aconteceu. Então, a dívida se manteve relativamente constante, e o caixa da Prefeitura aumentou muito. A Prefeitura saiu de 8 bilhões em caixa para 13 bilhões em caixa, de 2018 para 2019, dos quais 8 bilhões são recursos vinculados, só podendo ser usados em despesas específicas; mas 5 bilhões do caixa da Prefeitura são recursos livres, aqueles que podem ser utilizados para custear qualquer despesa.

Notamos que houve uma significativa melhora da situação financeira da Prefeitura, principalmente em relação aos últimos 2 a 3 anos, quando ela estava dependendo de eventos extraordinários para fechar o ano; e agora temos todos esses recursos em caixa, que também não se confundem com o Orçamento para 2020, que já possui previsões de mais de 7 bilhões de investimentos etc.. Então, a pergunta que fica é: como a Prefeitura pretende destinar esses recursos em caixa, principalmente levando em consideração a dificuldade que a Prefeitura tem de gastar esses recursos com celeridade.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Mais alguém da Mesa quer se manifestar com alguma pergunta ao Secretário ou comentário? (Pausa)

O SR. RODRIGO GOULART – Philippe, uma questão que eu tenho levantado, e acho que alguns outros Vereadores também sempre levantam, é sobre, para quem vê de fora – e não sei qual é o termo que vocês usam –, o *superávit* do caixa. A gente sabe que o ano passado a Prefeitura vem batendo recordes e recordes. Em janeiro, temos 14,8 bilhões, senão me engano. Então, eu queria mais uma explicação de vocês, ou se este ano será diferente. Qual é a previsão?

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Mais alguém da Mesa? (Pausa) Pergunto se a Consultoria da Comissão tem alguma questão. (Pausa) Secretário, quer

responder a primeira rodada? E inclui a minha pergunta também. Recebemos a informação – aliás, pública – de que um número significativo de emendas ao Orçamento foi cortado. Eu gostaria de saber se é a Fazenda quem estabelece um valor, ou um recorte de quais emendas devem ser acatadas ou não. Qual é a participação da Fazenda nessa decisão? Obrigada.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Vamos então ao CAF, em primeiro lugar. As considerações tanto do Dr. Thulyo como do Vereador Rodrigo Goulart contém perguntas similares

Primeiramente, vamos explicar por que o caixa aumentou e como aumentou. Acho que o Dr. Thulyo colocou muito bem: são 13,2 bilhões na virada do ano, de caixa bruto, dos quais 8 bilhões são vinculados e 5 bilhão não vinculados. Dos 8 bilhões vinculados, não podíamos pagar a dívida com eles, porque não posso pegar o dinheiro do Cepac, 1,6 bilhão que entrou em dezembro de 2020, para pagar dívida. Não posso usar o caixa do Fundurb, que são os recursos arrecadados na outorga onerosa destinado para o Fundo, vinculados aos programas do Fundo, para pagar a dívida. Não posso usar os recursos das transferências do SUS; enfim, toda ordem de recursos vinculados, que tem sua destinação específica, não pode ser usada para pagar dívida.

Então, o caixa líquido de 8,6 bilhões tem 6,1 bilhões de recursos vinculados. No Tesouro, 2 bilhões e 551 milhões. Ou seja, quando a gente deduz as obrigações financeiras de curto prazo, que são os restos a pagar, e algumas outras obrigações que entram nesse demonstrativo do caixa, temos 2 bilhões, 551 milhões de recursos do Tesouro livres para fazer frente a despesas que poderiam ser feitas, como pagamento adicional de precatório ou alguma amortização antecipada do contrato com a união, e tudo mais. É preciso recompor essas duas coisas.

O crescimento do caixa, principalmente no final do ano, aquela expectativa que havia todo final do ano, ela foi mitigada por conta dessas receitas eventuais que entraram em dezembro. Então, a gente está com uma fotografia num momento muito específico, que foi observado no final do ano.

Eu queria que se pudesse voltar 2 *slides*, por favor. (Imagem) Vejam o que temos de recursos apropriados e de depósitos judiciais, em que a Prefeitura é parte; de estoque de dívida para fazer frente: temos 8 bilhões. Então, esses 2,5 bilhões são um colchão de amortização de eventual surpresa negativa na dinâmica das receitas *vis-à-vis* os gastos.

Então serve para absorver choques no crescimento das receitas e também para absorver os impactos os quais nós não temos a menor capacidade preditiva. Nós não controlamos como o Judiciário vai tramitar os processos em que a Prefeitura é parte, especialmente os processos em que estão os nossos depósitos judiciais.

Quero abrir um parêntese. Conversando com outras administrações do Tesouro e com outros entes – Governo do Estado e outros – esse é um problema muito grave a ser administrado. De uma hora para outra, há necessidade de manter 30% dos recursos em depósitos judiciais no Fundo de Reserva - 30% ou 25% dependendo se você está usando o regime da lei complementar 151 ou a Emenda Constitucional 99, o que pode provocar, de uma hora para outra, impacto expressivo no Caixa, nas obrigações financeiras, como um todo, dos entes. Então temos um estoque de 8 bilhões, qualquer 10% disso são 800 milhões de reais que, de uma hora para outra, nós precisamos absorver. E também absorver o lado da Receita.

Bom, e os recursos? O Fundurb tem 1 bilhão em caixa; as operações urbanas têm quase 3 bilhões de reais. Desses 6 bilhões, de toda parcela do Caixa vinculado, a maior parte está nas operações urbanas e nos recursos do Fundurb, que cresceram bastante, especialmente nesse último ano. Esses recursos estão voltados para os projetos aprovados nesta Casa, todos decorrentes das operações urbanas. Normalmente, são obras de longa maturação. E nós estamos sendo acusados de estar fazendo caixa para aumentar entregas de obras neste ano eleitoral. Na verdade, os 4 bilhões do Fundurb, e principalmente os 3 bilhões das operações urbanas, você para iniciar projetos com recursos assegurados, que vão evitar a descontinuidade por problemas financeiros. Certamente, quem vai inaugurá-las vai ser o prefeito da próxima gestão. Então eu acho que essa é a resposta tanto para os comentários do Thulyo quanto do Vereador Rodrigo Goulart com relação ao aumento da disponibilidade de

Caixa.

Precisamos olhar com cuidado, primeiro, o aumento bruto de recursos é expressivo? É, de 8 para 13 é, mas boa parte dos recursos ficou na vinculação, especialmente pelos ingressos excepcionais, no final do ano, volto a dizer, 1,6 bilhão do leilão de Cepac da Faria Lima. E deduzidas às obrigações, o caixa livre do Tesouro é de 2,5 bilhões, que serve para amortizar os impactos na Receita para fazer valer o Orçamento aqui aprovado. Serve também para absorver choques quando somos obrigados a recompor depósitos judiciais de grande monta decorrente de um estoque, que já está na casa dos 8 bilhões, a serem usados para pagamento de precatório.

Sobre as emendas, houve modificações no Orçamento de duas ordens: as emendas individuais e as alterações orçamentárias não individualmente identificadas. Quanto às alterações de individuais, nada mudou. Muito pelo contrário, já liberamos 75 milhões.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - Não, não, não. É um milhão por Vereador... Não é um milhão, desculpe. São quatro milhões por Vereador. Foi aprovado e deliberado 82,5 milhões de reais: 55 milhões mais 27,5 milhões, dá um total de 82,5 milhões de reais liberados, para recebermos da Casa Civil orientação para aplicação em emendas individuais. Até agora recebemos um milhão, dois milhões.

O SR. RODRIGO GOULART – A informação que tive ontem parece que 15 Vereadores indicaram esse primeiro milhão.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - De fato, foi um milhão e mais metade. Então já temos 82,5 milhão liberados. Agora, apontamos quase para o final da linha. Recebemos os processos que vêm da Casa Civil com as indicações parlamentares e a orientação da secretaria que vai aplicar o recurso. Então até agora, há algumas semanas os primeiros 55 milhões foram liberados. Foi há quase um mês. E os 27,5 milhões foram liberados há pouco tempo. Estamos aguardando que, pelo menos, apareçam os projetos para continuarmos liberando o valor que alcança 220, como um todo, para as emendas individuais, mas não vejo

porque liberar mais agora se dos 82,5, pouco mais de um ou dois milhões foram apresentados até agora.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Secretário, essa informação sobre esse valor liberado para execução de emendas, nós conseguimos encontrar essa informação?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - É uma deliberação da junta orçamentária. E por que tem de ser assim? Porque os recursos nascem congelados e a disponibilidade para o descongelamento não é uma decisão só da Secretaria da Fazenda, precisa ser decisão aprovada por meio de um colegiado. Descongelar recursos do Tesouro envolve uma decisão colegiada. Todas as atas estão lá, são 82,5 milhões de reais em duas levas.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Fica assim discriminado em ata?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - Fica discriminado, está lá, e eu posso passar para quem precisar.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tudo bem.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - Então estamos aguardando o envio dos projetos para verificar a possibilidade de liberar as demais parcelas.

Agora, quanto às outras modificações no Orçamento, é preciso contextualizá-las. Elas foram realizadas diminuindo de várias dotações. O único aumento de recurso previsto pela Câmara foi só 15 milhões de reais oriundos do bônus de assinatura, que entrou no último dia útil de 2019. Mas, enfim, acho que na hora de construir o relatório, acho que era uma boa previsão contar com esse acréscimo de cerca de 15 milhões que foi usado, empregado. Mas não aconteceu como Receita para 2020, entrou em 2019.

Como fonte de outras alterações orçamentárias foram suprimidas por ações em vários lugares. Só que foram suprimidas ações especialmente de uma dotação que, no meu entendimento, não poderia ter sido feita, que é recurso destinado a recompor os depósitos judiciais. Havia previsão de 750 milhões de reais, mas 590 milhões foram usados dessa recomposição do depósito judicial para financiar alterações orçamentárias. Uma das primeiras providências que fizemos, no início do ano, foi recompor esse valor. Não temos a menor

expectativa de que possa ficar por volta de 200 milhões de reais as despesas a serem recompostas. Se observarmos o que ocorreu nos últimos 12 meses, temos dados, de que são por volta de 800 milhões a serem pagos a título de devolução para recomposição do Fundo de Reserva, dos quais 25% são estoque de precatórios. Esse valor é para 12 meses, e desde o início de 2019 o valor está acumulado. Se usarmos os 800 milhões para o estoque que há hoje, se relativizar, teria mais ou menos de ter orçamento de 1 bilhão de reais. Vamos ver o que vai acontecer ao longo do ano, mas isso é um encargo, é dívida da Prefeitura. Não está na dívida consolidada líquida, está fora do demonstrativo da dívida, mas não deixa de ser um passivo da Prefeitura, é uma obrigação que a Prefeitura tem: olha, são recursos de depósito judicial, não sei se é meu ou não. O arranjo constitucional foi o seguinte: você pode levantar 75% do valor, mas tem de deixar 25%. Então esse valor para recomposição é justamente para devolver o recurso associado ao Fundo de Reserva. Os números nos mostram que esse valor gira, como eu já falei, entre 750 milhões a 1 bilhão de reais ao ano. A própria Constituição veta que a alteração orçamentária use como fonte pagamento de dívida porque é uma dívida, é um estoque de dívida. Fazemos uma previsão, evidentemente, para ser recomposta na medida da necessidade. Os números indicam que 750 milhões é até relativamente conservador, e foram tirados 590 milhões. Pode acontecer de, ao longo do ano, vai ser zebra total? Ótimo, tomara, são mais recursos do Orçamento à disposição para serem empregados em outras finalidades, mas não há indicativo de que assim aconteça. Esse então foi o ato que foi feito, logo no início do ano.

Então procuramos verificar quais eram as dotações que poderiam ser mais bem atendidas com programas já existentes por meio de outras dotações para usar como fonte de recomposição. Então os 590 milhões foram daí e esse foi o grosso das alterações orçamentárias executadas no começo do ano.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Digamos que dê “zebra”, é possível recompor algumas dessas dotações?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Claro, claro que sim.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Em que altura podemos fazer essa avaliação?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – No primeiro trimestre do ano... No primeiro quadrimestre, vamos mostrar como está o ritmo da recomposição. A nossa expectativa é de 750 milhões de reais no ano, são aproximadamente 250 milhões a cada quadrimestre. Acho que o primeiro quadrimestre é um primeiro indicativo de quanto que isso pode ser recomposto.

O Subsecretário do Tesouro está me dizendo aqui que só em janeiro foram 100 milhões a pagar, ou seja, a cada quadrimestre 250, em janeiro foi 100. Claro que isso não é linear, tem oscilações, etc., mas é difícil imaginar que a gente vai ficar só nos 250 milhões como despesa. “Ah, mas tem o ingresso de receitas adicionais”, “uma coisa é despesa para recompor outra coisa é o que você faz com o levantamento do depósito”. Sim, é verdade, mas o fato de haver a receita adicional não exime a nossa responsabilidade de prevê a dotação para despesas e a reconstituição.

Isso foi a própria recomendação do Tribunal de Contas. Ao longo dos anos a gente vinha apurando os depósitos judiciais pelo valor líquido, talvez essa tenha sido a confusão que houve aqui, ou seja, quando você levantou visa aviso quanto você teve de reconstituir. Entrava como receita ou dedução da receita, esse valor é líquido e isso não é uma boa prática e eu concordo com o Tribunal por que pode acontecer no ano de o valor a devolver ser maior do que o valor a ingressar e aí vai ser como? Vai deduzir do quê? Então, está correta a recomendação do Tribunal de registrar ingressos pela receita e a recomposição dos depósitos judiciais pela despesa. Então, pode acontecer de despesa maior que a receita e vice-versa.

Volto a dizer, no cenário atual, qualquer superávit em relação ao que é previsto de ingressos previmos também os mesmos 750 milhões, um efeito neutro, 750 milhões de ingresso, 760 e poucos milhões, mas o que estava previsto de ingressos é o mesmo valor de previsão de despesa. Pode acontecer de não entrar só 760 milhões de ingressos? Pode, mas isso não significa que a despesa pode ser minorada porque agora a despesa é despesa, receita é receita e não é mais pelo líquido. Evidentemente, essa hipótese de despesa que

efetivamente venha essa obrigação ser diminuída ou outros ingressos de qualquer outra ordem, claro, que é uma possibilidade a negociação, um arranjo entre todas as pastas para recompor os valores, mas havia muita despesa sobreposta, por exemplo, obras que estavam previstas no Fundurb ou no FMSAI que estava lá uma emenda individual para aquela obra prevista na subprefeitura. Então, podemos olhar caso a caso, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem registro disso também em alguma ata dessa avaliação, por exemplo, essa é uma informação reconfortante: “Olha, a gente cortou aqui de uma emenda individual porque isso vai ser executado com o recurso do Fundurb, do FMSAI”. Tem como a gente saber disso?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Não, não tem. Foram 590 milhões pulverizados em uma série de ação. Não houve um registro, a razão uma a uma. Evidentemente, o que há é o próprio decreto de alteração orçamentária em que mostra quais foram as dotações suprimidas. Ali você tem a lista completa de quais foram as dotações suprimidas para fazer a recomposição das despesas, do fundo de reserva.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada, Secretário.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Não, sim. Eles estão me lembrando aqui, mas é aquilo que eu registrei no começo: emendas individuais, nada foi mexido. O que a gente está falando é sobre as alterações feitas no substitutivo da Comissão. Essas alterações que usaram os recursos. Usaram também R\$ 70 milhões do contrato de concessão do lixo. Tomara que a gente consiga rever os contratos e diminuir a despesa, mas por ora gerou uma pressão orçamentária que a gente precisa administrar ao longo do ano.

O SR. RODRIGO GOULART – Só uma informação, a gente deve ter um auxílio, mais uma vez, da Câmara, porque a gente está para aprovar uma CPI da coleta do lixo. Então pode ser que a gente auxilie essa remodelação dos contratos.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigado, Secretário.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – À disposição. É um prazer.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Temos três pessoas inscritas, e eu

quero informar que está começando agora outra audiência pública no Salão Nobre, 8º andar, que diz respeito ao projeto de lei da reorganização da administração indireta.

Tem a palavra a Sra. Simone Boacnin, da Associação Viva Moema IPTU Justo.

A SRA. SIMONE BOACNIN - Bom dia a todos. Obrigada pela oportunidade de falar. Secretário, Vereadores, sou Presidente da Associação Viva Moema, sou do Núcleo do IPTU Justo e tenho três perguntas aqui para falar.

A primeira pergunta diz respeito ao IPTU, eu não posso vir sem falar sobre ele, porque é uma luta nossa. Então a gente está vendo que o aumento melhorou bastante, nós tivemos aumento da arrecadação do IPTU e o senhor disse que teve uma diminuição na inadimplência; mas, pela lei de acesso, a gente verificou que teve um aumento, a gente tem dados de 20%. Enfim, eu queria saber por que a gente continua pagando um IPTU abusivo? A gente recebe todos os dias reclamação das pessoas que não estão conseguindo pagar. E o Prefeito foi às mídias falar que era 3,5%, mas quando a gente olha o cálculo final é de 10% de aumento, ano após ano.

Então, a gente tá melhorando a arrecadação, está diminuindo a inadimplência, mas continua aumentando o IPTU. Então eu gostaria de ouvir um pouco sobre isso, porque a gente não se conforma de ver sendo cobrado o dinheiro do pagador de imposto, servindo para tudo isso e a gente sendo cobrado sem fim.

A segunda pergunta que eu queria fazer diz mais respeito à questão dos planos regionais. Não sei se vocês sabem, mas a gente teve, há duas semanas, uma audiência pública em várias Subprefeituras sobre os planos de ação das Subprefeituras, e isso está sendo feito pela Secretaria de Governo Aberto. Enfim, o que eu queria entender é o seguinte: eles pediram a contribuição do município para - não entendi - fazer parte do plano regional, dos planos de ação. Quer dizer, uma coisa que começou de um jeito virou outra, misturaram alhos com bugalhos, e a gente já está falando de plano regional dentro do Governo Aberto.

Eu queria saber qual é o orçamento que existe para contemplar a contribuição do município nisso, porque o Orçamento já foi aprovado, então como eles vão contemplar? Por

exemplo, em Moema a gente tem 19 pontos de alagamento. E o que aconteceu lá? Eles tiraram tudo do nosso plano regional, de tudo aquilo que deveria ser feito para o nosso bairro, tiraram e deixaram ciclovias. Quer dizer, a gente tem dois metros de enchente lá no bairro e simplesmente tiraram. E ainda querem contribuição do munícipe. Como vão contemplar a contribuição do munícipe para 2020 se o Orçamento está encerrado, já foi aprovado pela pelos Vereadores?

A segunda pergunta é a seguinte: De onde estão vindo os R\$ 200 milhões de bonificação por resultado para órgãos de unidades da Administração Direta, autarquias, fundação do Município, que foi um substitutivo à lei de abono do PL 616/18? Acho que é isso. Eu fico inconformada, porque a pessoa está lá para trabalhar e fazer aquilo que ela tem que fazer, para o que foi contratada; e ainda vai receber bonificação por resultado? Gente, resultado todo mundo tem que entregar.

Obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra o Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Secretário, o problema é que a gente deve ter mais expertise para discutir o Orçamento da cidade de São Paulo. Ao falar do Orçamento, qual a parte do Orçamento tem que guardar, quando vai discutir o Orçamento, por que não aparecem esses dados? E aí vocês fazem o decreto que faz os cortes do Orçamento, que são necessidades.

Está no decreto de vocês: Dos R\$ 568.111.000,00 está escrito “instalação do setor de Radiologia”; corta CEU, corta diversas políticas voltadas para a Cultura. Então a gente vem aqui perder tempo, porque não aparece no Orçamento essa discussão. E só quero reforçar, já que nós estamos discutindo economia, a cada discussão do Orçamento, esta Câmara gasta por dia um milhão de reais. Joga-se mais dinheiro fora em expertise de discussão orçamentária e acaba não sendo investimento, porque vocês não executam o Orçamento depois.

E fazendo coro à voz da Vereadora Soninha, é a primeira vez que a Prefeitura assume corte no Orçamento, porque ela sempre fez congelamento e agora faz um decreto de

corte, porque todo o tempo em que acompanho nunca se fez um decreto de corte, sempre se falou em “Não, é congelamento e, no final do ano, vamos recuperar o dinheiro”. Agora vocês cortam, e cortam diversas políticas que estão no Orçamento.

A população veio aqui discutir necessidade da Cidade. E quando vocês falam assim “olha, a gente investiu em drenagem”, é ironia do mundo. Investiram em qual drenagem no ano passado? Então, eu acho que vocês precisam ser mais servidores públicos e trazer essa discussão para a gente discutir por igual, porque depois faz cortes, a gente não entende nada. Só que lá na ponta, a gente sente. Toda política pública que se tira, quem sente é a Cidade. Depois que você sai do seu trabalho, você é cidadão como qualquer um, e aí você sente; a não ser que você vá de helicóptero, igual ao Prefeito. Portanto, acho que falta discutir melhor com a Cidade.

Essas políticas que colocaram aqui são estruturais. Já faz três anos que não se investe em política estrutural. Eu não quero falar das águas.

Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Tem a palavra o Sr. Robson Mendonça, do Movimento Estadual da População em Situação de Rua.

O SR. ROBSON MENDONÇA – Bom dia. É complicado a gente falar da questão de orçamento quando esses cortes são feitos por baixo dos tapetes, porque a população só vem saber depois que é feito. A política não é uma política feita para o povo, é uma política feita para o governante.

Eu trabalho com população em situação de rua, que aumentou catastroficamente na cidade de São Paulo. Hoje são 33.292 moradores de rua na cidade de São Paulo, que dorme nos logradouros públicos e, quando chove, estão lascadas, porque não tem mais abrigo. A Prefeitura não oferece condições, abrigo, para esse pessoal, e quando chove alaga. Então, precisa se discutir melhor a questão do Orçamento, é preciso mais transparência na questão de congelamento, corte e decreto.

Eu participo, às vezes, das discussões do Orçamento da cidade de São Paulo, e

quando não venho sempre tem alguém representando. E quando a gente corre para saber o resultado desse orçamento é catastrófico. O IPTU aumenta. Qual o benefício que ele está trazendo ao munícipe? “Ah, mas morador de rua não paga imposto”. Morador de rua compra cachaça, paga imposto, compra fósforo, paga imposto, então ele é contribuinte e paga imposto; e, como qualquer contribuinte, ele tem seus direitos, embora violados e não cumpridos.

E quando venho aqui e vejo esta tabela que o senhor mostra e a sua fala e vejo que não condiz com a realidade da nossa cidade, isso me deixa muito triste, muito decepcionado, porque a Cidade precisa urgentemente que se invista em política pública. E a política pública de maior relevância para todo cidadão, em qualquer país do mundo, é a Cultura. Um país sem cultura é um país cego, aleijado, que não constrói, só destrói. Então, tem que ter investimento forte na Cultura, para que a população tenha, de fato, os seus direitos garantidos.

Muito obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Tem a palavra o Sr. Norberto Antonio Batista, do gabinete do Vereador Aurélio Nomura.

O SR. NORBERTO ANTONIO BATISTA – Secretário, eu vou fazer duas perguntas. A primeira diz respeito aos precatórios. Neste ano de 2019, foram pagos R\$ 1.990.000.000,00 para um total de precatório de R\$ 18,600 , segundo o senhor informou.

Segundo a Emenda Constitucional 99/17, isso tem que ser liquidado até 31/12/2024. Qual a expectativa de liquidação para os próximos anos desses valores?

A segunda pergunta é o seguinte: a dívida contratual de R\$ 27,4 bilhões, segundo o senhor falou, é em função da mudança de indexador. Mas a mudança do indexador aqui não teve influência nenhuma. Ou melhor, teve influência, mas pequena. O que teve influência mesmo foi retroagir ao início do contrato, como foi desenvolvido o estudo inicialmente. Como fica em 2030 essa posição? Ele se liquida com o término do contrato ou não? Qual é a expectativa que vocês têm a respeito disso?

Outro aspecto que quero ressaltar é o seguinte. Os valores empenhados em investimentos foram da ordem de 3,5 bilhões - ou melhor, 3 bilhões, 559 milhões -, e o

liquidado, 1 bilhão, 259 milhões. Ou seja, aproximadamente 2 bilhões estão no restos a pagar, o que corresponde aproximadamente a 50% do total de restos a pagar só em investimentos.

Por último, quero sanar uma dúvida. Quando você falou do ICMS e do IPVA, e apresentou 7,7 bilhões de ICMS e 2 bilhões, 646 milhões de IPVA, nesses valores está incluído o Fundeb de 20% ou não? Obrigado.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Obrigada. Para deixar o Sr. Secretário com a última palavra, pergunto se alguém mais da Mesa gostaria de fazer outra ponderação. (Pausa) Então, Secretário, por favor.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Obrigado. Vamos, então, pela ordem.

Primeiras perguntas, da munícipe Simone. Sobre IPTU, houve diversas considerações, mas a pergunta que ficou é: por que há reajuste de 10%, e não de 3,5%, como anunciado pelo Prefeito; isso seria, então, abusivo; e quanto tempo isso vai durar. Simone, obrigado pela pergunta e pela oportunidade de esclarecer. A Planta Genérica de Valores foi atualizada por decreto em 3,5%, linear, para todo mundo. Ora, por que então, com a atualização da Planta Genérica de Valores em 3,5%, que é a base de cálculo para o IPTU, o meu IPTU não cresce só 3,5%? Por que, no meu caso, cresceu 10%; alguns imóveis residenciais cresceram 15% e, em outros casos, até, crescem mais do que os 10% ou 15%? Por causa das travas e por causa da legislação que trata dos benefícios e alterações cadastrais.

Vamos explicar por partes. Em 2013, houve uma revisão da Planta Genérica de Valores, e o valor venal dos imóveis foi atualizado por índices que muitas vezes superava 30%, 40% ou até 50%. Para evitar que, de um ano para o outro, o IPTU subisse 30%, 40%, 50%, foram estabelecidas as travas, que limitava o reajuste de um ano para o outro a um percentual definido pela legislação. No caso dos imóveis residenciais, começou em 20% no primeiro ano, depois nos anos seguintes 10%. Então, de um ano para o outro, muitas pessoas ainda estão usufruindo desse benefício, que foi o diferimento, ao longo do tempo, do reajuste pela trava. Se você observar no carnê do IPTU, a aplicação da trava vem depois do cálculo do imposto; ou

seja, há a base de cálculo, na parte final do demonstrativo do IPTU. Aliás, temos um *site* na Secretaria da Fazenda, do IPTU 2020, um *hotsite* para explicar tudo isso. Há ali uma arte, onde há uma arte gráfica onde cada campo da notificação de lançamento do IPTU é explicado, para seu completo entendimento de todo o valor do cálculo do imposto.

Eu dizia que na parte final há a base de cálculo, que é o valor venal do imóvel, da área construída, da área não construída, a aplicação das alíquotas que a legislação atribui, o valor do cálculo do imposto; e, depois do cálculo do imposto, os descontos. Quem está usufruindo do benefício da trava tem ali uma dedução do valor a pagar. Porque ele deveria pagar mais; mas, como está diferido no tempo, ele fica limitado ao reajuste pelo valor da trava. Aos contribuintes que hoje têm reajuste de 10%, saibam que há outros contribuintes com o mesmo valor venal de imóvel pagando mais que eles, porque partiram de outra situação em 2013 e não tiveram os benefícios da trava desde logo.

Então, é preciso entender por que há as travas, por que são 10% em imóveis residenciais, e 15% em imóveis (ininteligível); e por que isso não é, com todo o respeito à consideração da munícipe, uma cobrança abusiva. Muito pelo contrário: é um benefício a todos aqueles que tiveram a correção desde logo. O que é desejável que haja é a revisão. Quanto mais o tempo passa, maior a necessidade de se fazer uma revisão da Planta Genérica de Valores porque entre as várias plantas o que há é correção linear, de um ano para o outro, do valor venal dos imóveis. Inclusive os 3,5% ficaram abaixo da inflação, que foi de 4,3%.

- Manifestações no recinto.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Pois é, mas por conta do benefício da trava.

- Manifestações no recinto.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Imagina. Seu ponto de vista eu entendo, de que, de um ano para o outro,... A gente entende. Mas é preciso explicar de onde vieram os 10%. Eu só queria lembrar isto: se há alguém pagando 10% de reajuste, saiba que na Cidade há outro imóvel com o mesmo valor venal e que está pagando mais de imposto, e não só neste ano, mas há muito tempo, porque estava sem as travas.

E quando há um ajuste maior do que a trava? Pode acontecer por várias razões. A primeira delas é a supressão da isenção. Quem é isento e deixa de usufruir das condições de isenção, evidentemente não está sujeito à trava de 10%. A própria legislação prevê que essas travas são excepcionalizadas quando há supressão do benefício da isenção. No caso da isenção, vale a pena até comentar alguns casos. É isento do pagamento de imóvel a propriedade cujo valor venal está menor do que 160 mil reais. Mas essa isenção se dá desde que o proprietário daquele imóvel só tenha um imóvel na Cidade. Quando ele tem mais de um imóvel na Cidade, a legislação prevê que essa isenção só pode ser aplicada a um imóvel. E a qual imóvel, se ele tem mais de um? Ao imóvel que render o maior desconto. Então, de um ano para o outro, por conta das mudanças nas características, pode ser que o imóvel que rende o maior desconto deixa de ser um e passa a ser outro; e aquele imóvel que gozava da isenção deixa de gozar da isenção e passa a ter um reajuste. Muitas vezes, há casos assim, ou outros, como, por exemplo, o imóvel está sob a propriedade de um aposentado que ganha menos que 5 salários mínimos. Se, de um ano para o outro, essa propriedade muda, aquele valor do imposto não vai ser mais o mesmo a pagar, porque não é mais um aposentado com menos de cinco salários mínimos.

Ou então a própria renda do aposentado mudou, ele ultrapassou o limite de três salários mínimos para isenção total e cinco salários mínimos para descontos. Se ultrapassar esses limites, evidentemente, o valor é majorado.

Na cidade de São Paulo, 50% dos imóveis tem isenção do IPTU ou benefício de desconto. Há isenção total em 30% aproximadamente, seja por conta do valor venal do imóvel, seja porque é um aposentado de baixa renda. Estão na faixa de desconto cerca de 20%, que a isenção é proporcional, varia de algo maior do que 100% a menor do que 0%.

Discute-se muito hoje a progressividade no nosso sistema tributário onde os pobres pagam mais imposto do que os mais ricos. O IPTU, que é um imposto sobre propriedade, assim como o IPVA que é um imposto sobre propriedade, e o Imposto de Renda, são os dois impostos onde o sistema tributário pode ser menos progressivo, mais regressivo. Nossa grande

progressividade é porque os impostos sobre consumo hoje são a maior parte do bolo total arrecadado para custear os bens e serviços públicos. Fossem eles menores onde tributasse mais renda e propriedade, nós teríamos um sistema menos progressivo e mais regressivo, onde quem ganha mais contribui proporcionalmente mais.

O IPTU é um dos poucos impostos com o qual é possível instituir alguma progressividade, ou seja, paga mais quem tem maior valor da propriedade, paga menos quem tem menor valor (Ininteligível). As alíquotas variam, para quem não tem isenção obviamente, no caso residencial de menos 1,4% a 1,4%; no caso de residencial (?) pode chegar a 1,9%. Ou seja, metade da Cidade tem desconto ou isenção, 30% tem desconto total, 20% tem isenção parcial e as alíquotas podem chegar a 1,9%. É um dos impostos mais progressivos que (Ininteligível).

Sobre a questão do Plano Regional das Subprefeituras, o Orçamento de 2020 está aprovado, mas muitas das suas dotações orçamentárias não têm ainda a aplicação definida do investimento que vai ser realizado. Nem seria administrável um orçamento onde cada intervenção urbana tivesse uma dotação específica para ela, aí seria um orçamento pulverizado em milhões de linhas.

Até porque, na hora que se faz a previsão das aplicações dos recursos, não tem ainda a clareza, a precisão, de quais são as obras, em primeiro lugar da fila, para atender com aquele recurso.

As audiências públicas do Plano Regional das Subprefeituras servem para dar um senso de prioridade nas ações que podem ser empreendidas, seja com recursos das subprefeituras seja das secretarias. O orçamento acaba ficando em uma ou outra em função de quem executa aquela intervenção. A lógica orçamentária está montada principalmente com esse viés.

Todos os investimentos que são geridos pela Siurb acontecem na Cidade, em algumas subprefeituras; investimentos da Habitação, idem; investimentos da Educação, idem. A aplicação das intervenções nas subprefeituras não é só com o orçamento das subprefeituras,

pode acontecer com o orçamento de cada uma das pastas que têm intervenções para isso.

O Plano Regional serve para discutir prioridades deste ano e prioridades que avançam para os orçamentos seguintes. Essa é a sua razão de ser.

Estamos trabalhando junto com o governo aberto para cada vez aproximar mais esse contato e passar as informações sobre o Orçamento, sobre o entendimento de como funciona, das limitações que devem ter, para que quando as audiências sejam finalizadas haja, de fato, um pacto crível com a sociedade que trouxe aquelas sugestões de intervenção para a sua execução com os recursos orçamentários do ano.

Trabalhando nas duas frentes de aperfeiçoar o canal de entendimento e captura das necessidades e, ao mesmo tempo também, na instrução sobre o Orçamento, seu funcionamento e as suas limitações.

São 200 milhões de bônus por desempenho. São recursos que estão previstos no Orçamento deste ano para pagar... oi?

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Provavelmente pode ser desembolsado em junho, a gente vai ter a apuração até março, mais ou menos, aí pode ser que até junho seja o momento do pagamento.

Não é novidade para a Prefeitura e também para as administrações públicas atrelar uma parcela de remuneração a resultados. A própria Educação já trabalha com prêmio da educação que tenha um componente de resultados. A Guarda Civil também há muitos anos trabalha com premiação por conta de resultados.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Agente vistora eu não conheço. A administração tributária, olhar para a Prefeitura, mas olhar para as várias administrações tributárias, tem uma parcela de remuneração atrelada ao desempenho da arrecadação, principalmente...

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Todas. O que foi aprovado na lei do ano

passado... tem o Plano de Metas com as suas entregas e com seus resultados derivados. O aprovado aqui foi uma parcela da remuneração que pode chegar a até 2,4 salários anuais em função do cumprimento dos resultados que foram pactuados com isso.

É um instrumento de gestão para promover o engajamento de toda Administração em torno dos resultados. Qualquer empresa trabalha com isso, separando uma parcela da remuneração total dos funcionários para alinhar os incentivos às entregas dos compromissos.

Os incentivos alinhados nesse caso foram os associados ao Plano de Metas que foi aprovado e revisado aqui nas entregas das mais diversas áreas.

Essa é a tentativa, os 200 milhões estão consignados nesse Orçamento e eles nem atendem 100% dos 2,4 salários, a expectativa de que nem todas as metas serão cumpridas na sua integralidade.

A última prévia que eu vi estava com um rendimento por volta de 60%. Então os 200 milhões servem para cobrir essa despesa atrelada a isso. Mas, de fato, os dados serão apurados até o mês de março para pagamento em junho. Recurso previsto no Orçamento, já que estão contemplados na folha de pagamento da Prefeitura para este ano.

Seguindo as perguntas. Foram as considerações do Rapper Pirata, a gente sempre as acolhe e leva em consideração. Como eu expliquei aqui sobre o Decreto, não podemos deixar uma obrigação da Prefeitura que pode levar a um descumprimento até da Constituição de não recompor os depósitos judiciais dos valores que são necessários. A Prefeitura não pode assumir essa mora sob pena de colocar em credibilidade toda a sua estrutura de financiamento para pagamento de dívidas. Aí também até para pagamento de dívidas dos precatoristas. Foi daí que foram suprimidos.

Mas, ao mesmo tempo, não deixa de haver de um ano para o outro o crescimento nas despesas da Cultura, da área da Assistência Social, o crescimento expressivo nas despesas de Saúde, de Educação. Ou seja, as reformas que vimos fazendo ou as diversas medidas de controle do gasto servem para colocar recursos do Orçamento à disposição das áreas que mais trabalham para o atendimento ao serviço da população, com creche, com

expansão de creche. A fila de creche está menor do que 10 mil e tem novas unidades que serão entregues neste ano. Há ampliação enorme no número de postos de saúde. O orçamento da Assistência Social está crescendo em relação aos anos anteriores, assim como o orçamento da Cultura crescendo também.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Houve cortes, mas os cortes não suprimem o crescimento que é observado. Mandamos uma proposta de Lei Orçamentária, discutimos isso nas audiências do Orçamento de que havia um crescimento no total de despesas da Cultura. Foi feita a supressão dos acréscimos de parte, nem todos, dos acréscimos adicionais porque foram custeados, financiados, com recursos que a gente não pode abrir mão. Essa foi a necessidade, mas isso não invalidou o crescimento de um ano para o outro, um crescimento que se observou de 2018 para 2019, e de 2019 em relação a 2020.

- Manifestação fora do microfone.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Pirata, intervenção brevíssima porque foge completamente à regra da audiência pública. Por favor.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU – Perfeito. Mas é essa a consideração que eu venho falando, não podemos deixar descoberta uma obrigação da Prefeitura que usou dali a fonte para aumentar algumas dotações de outras coisas, mas ali não precisa ser composto.

Também levamos em consideração, anotadas aqui as contribuições do munícipe Robson Mendonça, sobre os problemas com os moradores de rua, a Cultura. Não foi qualquer garoa a chuva do dia 10 de fevereiro. Choveu o que não chovia na Cidade nos últimos 30 anos e os investimentos aplicados nos reservatórios, nas limpezas de galeria e principalmente – tem sido pouco falado – nas obras de risco. Esses fatores fizeram com que os efeitos dessa chuva sem igual nos últimos 30 anos não fossem tão danosos para a Cidade como tem ocorrido, como percebemos que vem ocorrendo pelo Brasil afora.

Então, foram removidas cerca de 10 mil pessoas nesses últimos dois anos de áreas

de risco. Remover pessoas de áreas de risco é mitigar os problemas que as enchentes trazem para a Cidade. Foi uma tragédia, a Cidade parou. Muito patrimônio foi afetado por causa das cheias, mas ninguém morreu em deslizamentos na cidade de São Paulo nas chuvas de fevereiro.

Ou seja, isso é reflexo de resultados da mitigação do risco. Nenhum dos reservatórios administrados pela Prefeitura transbordou. Não fosse a correta limpeza e manutenção desses equipamentos esses reservatórios poderiam transbordar e os efeitos seriam ainda mais danosos. Onde estavam presentes os reservatórios o dano foi mitigado por causa da retenção que funcionou ali na região. São essas as considerações a fazer às questões do município Robson.

E por fim, o Norberto. A dúvida sobre precatório, 18 bilhões e seiscentos, pagamos quase 2 bilhões. A pergunta foi: até 2024 quanto será pago, vai dar para quitar? Sim. Estamos enviando agora para o Tribunal de Justiça, como fazemos todo ano, o que chamamos de plano de quitação de precatórios em que apresentamos para o Tribunal de Justiça os recursos empregados ao longo do ano e ao longo dos próximos anos mais o uso dos outros instrumentos necessários para, junto com o comprometimento da receita líquida, quitar o estoque de precatórios até 2024.

Claro que algumas variáveis ali não temos total controle. A mais importante delas é o que entram de novos precatórios ano após ano. Temos uma expectativa de que isso caminhe por volta de 1 bilhão por ano, mas em alguns anos, por exemplo, tivemos surpresas negativas de ingressos de mais de 2 bilhões de reais. Então praticamente entra mais do que pagamos. Claro, a expectativa é de que seja um fato isolado, excepcional, mas...

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Quando foi isso, Secretário, esses 2 bilhões?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - No ano passado, para entrar no orçamento de 2020.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – E ao que se referiam?

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - Precatório é uma situação muito ingrata. Estamos recebendo agora, a título de precatório, ações que foram julgadas há um tempo relativas a fatos que... A maior parte dos nossos precatórios foi na época do Prefeito Maluf relativo à folha de salários. Ou seja, reajustes ou supressões sobre a folha que geraram contestações e que agora vimos sofrendo esses efeitos.

Então nesse plano de quitação de precatórios o nosso comprometimento hoje que é de 3,6% da receita corrente líquida vai crescendo ligeiramente e chega até o final do ano próximo a 3,9% de receita corrente líquida. Empregamos entre 3,6 e 3,9% ao ano na nossa receita para fazer frente a isso, junto com os outros instrumentos: levantamento de depósitos judiciais; compensações com dívida ativa e até financiamento.

Há uma grande expectativa sobre a PEC 95 que está tramitando no Congresso Nacional, porque trouxe uma briga entre União versus todos os estados e municípios. A União questionando que aquela linha prevista na emenda constitucional 99 poderia ser usada só no final do exercício, depois que os estados e municípios usassem todos os instrumentos disponíveis. Enquanto os estados e municípios, Maranhão entre outros, questionam na Justiça: a linha está lá, a previsão e oferecimento da linha está lá independente de qualquer coisa.

Então há uma briga sobre isso e a PEC 95, inclusive, vem para esclarecer isso e esperamos que afaste de vez ou o próprio Supremo esclareça isso de forma definitiva para saber se a União tem ou não de colocar essa linha desde já. Ou de acordo com a tese da União só ao final e depois os municípios e estados usarem todos os recursos disponíveis para a quitação do precatório.

Indexador. Como disse aqui, a mudança do indexador que retroagiu ao início, lá no ano 2000, na renegociação do contrato. Antes a Prefeitura estava pagando IGP mais 9. Toda a dívida, em 2015, foi recalculada depois daquela mudança legislativa no âmbito do Congresso Nacional, que usou inflação mais 6, ou Selic, o que fosse menor. No nosso caso a Selic foi menor e corrigiu todo o estoque de precatórios a essa taxa Selic. Então aquela queda muito abrupta, 2015/2016, foi isso, a mudança do indexador retroativa desde o início da dívida.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - 2030, perfeito. É isso. Estamos pagando agora. Os valores que pagamos por volta de 4 bilhões ao ano são o que chamamos de amortização, Tabela Price, parcelas constantes ao longo do tempo. A previsão é de que, em 2030, isso seja cumprido com esse volume de despesas anuais que estamos percebendo.

Ou seja, daqui para frente uma das coisas que vai abrir espaço ao orçamento é justamente a proporção de pagamento de amortização e serviço como um todo da dívida visa o crescimento da receita corrente líquida. Esse sistema de pagamento, a prazos constantes, corrigido pela inflação vai crescer menos – esperamos – do que o crescimento da receita corrente líquida, o que abre espaço e ajuda a aumentar a parcela de pagamento de precatório e honrar o compromisso até 2024 previsto na Constituição. Em 2030, zera o estoque da dívida com a União; 2024, é o prazo mais apertado do pagamento de precatório que pode mudar, que a PEC 95 coloca 2028 como prazo final.

Execução de investimento. Não é 1 bilhão e 259 de liquidado, os números de investimento liquidado foi 2,281 de investimento como um todo, depois podemos esclarecer. Ou seja, é 1 bilhão maior do que esse 1 bilhão e 259. Então os restos a pagar de investimento ficaram na casa de 1 bilhão de reais empenhados menos liquidados. Podemos depois apresentar e discutir isso para esclarecer as dúvidas.

E sobre ICMS, IPVA, se os 7,6 e os 2,6... O ICMS que tem a dedução - o IPVA não tem – do Fundeb. Desculpa, o IPVA tem. Tanto os 7,6 quanto os 2,6 são valores brutos e estão ali nas receitas. Mas é isso, a verdade é que 20% é deduzido e para compor o Fundo que volta, quer dizer, nós somos superavitários no Fundeb. As nossas deduções são menores do que o nosso ingresso de recursos. As deduções de receitas, dentre elas a cota parte no ICMS e no IPVA, somadas também com a cota parte do FPM são menores do que o que recebemos. Somos superavitários em cerca de 2 bilhões de reais. Contribuímos com 2,2 e duzentos e recebemos 4 e 200. Somos superavitários em 2.

Por que isso? Porque temos um alto número de matrículas relativamente

proporcional aos demais municípios e até ao próprio Estado. O grande deficitário no Estado é o Estado de São Paulo que contribui mais do que recebe, porque tem as matrículas voltadas principalmente para o Ensino Médio e também parte do Fundamental. E o aluno do Ensino Médio é um per capita menor do que o aluno do Infantil. O aluno do Infantil custa mais, creche, pré-escola, então a própria distribuição do Fundeb pondera as matrículas de acordo com esses fatores dependendo do nível de ensino. Por causa dos custos o aluno da creche e da pré-escola custa mais do que o aluno do Ensino Médio. Essas duas coisas combinadas fazem com que sejamos superavitários no Fundeb.

Acho que é isso, Vereadora. Fico à disposição se houver mais dúvidas e se for o caso do encerramento agradecer a oportunidade de explicar. Ficamos devendo a abertura dos investimentos comparando 2018 contra 2019, já estou pedindo para o pessoal. E também a explicação de por que as receitas de serviços diminuíram.

- Manifestação fora do microfone.

O SR. PHILIPPE DUCHATEAU - Estão me dizendo – vamos preparar uma resposta melhor – que foi uma mudança de contabilização. Antes havia uma receita de serviços de Saúde associada à remuneração do SUS para o Município. E essa receita agora deixou de ser classificada, contabilizada como uma receita de serviços e passou a ser classificada como uma receita de transferência.

Então é uma supressão que só mudou a classificação contábil. Talvez nos próximos demonstrativos possamos fazer essa correção para comparar coisas iguais.

A SRA. PRESIDENTE (Soninha Francine) – Ótimo. Depois peço para que a secretaria da Comissão disponibilize esse arquivo na página da Comissão na internet para quem quiser ter acesso.

Nada mais havendo a tratar declaro encerrada a presente reunião. Obrigada a todos os presentes.